

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR FREIREANA: POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO PARA FORMAÇÃO POLÍTICO-CRÍTICA DO SUJEITO SOCIAL¹

Charles Fernando Martins²

1. INTRODUÇÃO

A contundente desigualdade social historicamente explicitada na sociedade se expressa não somente pela ausência de recursos materiais e serviços públicos os quais são negados ao sujeito, não sendo este o fator principal de sua posição inferiorizada, mas também pela ausência de conscientização de sua real condição social, uma consciência destituída de formação política, sendo esta imprescindível para conduzi-lo a uma postura crítica frente às questões relativas à organização política da sociedade, o que implica diretamente em sua condição de subalternização social, cultural, econômica e intelectual, ou seja, é na negação do “exercício da cidadania” do sujeito, ou do seu direito à participação efetiva na vida política que se perpetua a sua sentença de sujeito oprimido, sendo um fator contributivo para a manutenção da ordem social vigente.

A informação e o conhecimento massificado propalado pelas instituições sociais e todos os aparelhos ideológicos do Estado³ apenas contribuem para a propagação de uma ideologia opressora no intuito de perpetuar a ordem estabelecida⁴. Tendo a Constituição Federal bem como em outras normativas seus princípios e valores embasados na responsabilidade com o sujeito social, no exercício de sua cidadania, no comprometimento com a sua emancipação e com a qualidade de vida das famílias, é que emerge a necessidade de pensar em novas possibilidades de ações interventivas que contribuem com esta perspectiva, que visem à materialização e concretude dessas intencionalidades, no rompimento de um pensar/agir alienante.

¹ Este artigo compõe parte do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso Superior de Serviço Social da Escola de Educação e Humanidades da UniBrasil – Faculdades Integradas do Brasil -

² Assistente social - charles_fach@yahoo.com.br

³ [...] Consideram como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições: religiosos, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc) e cultural. (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

⁴ [...] na verdade, trata-se da **ideologia da classe dominante** que, em todas as épocas, **embebe o tecido social**, procurando mostrar que **os valores, crenças, ideias, moral são os de toda a sociedade e não os de um grupo particular**. (CAPARELLI, 1986, p. 44, grifo nosso).

Dentro deste contexto é que a educação popular de Paulo Freire se exprime como um instrumento essencial para a desconstrução da desvalorização da cultura local, contribuindo para a formação de um novo pensar/agir do homem frente a estas condicionalidades que se apresentam como fatores limitantes à construção de uma nova ordem social, justa e equitativa, que respondam de fato aos interesses das classes populares. Tem como prerrogativa em seus estudos e trabalhos a libertação do homem, sua emancipação, isto é, uma educação voltada para a rompimento de um pensar que o aprisiona e impossibilita que ele possa adquirir um olhar crítico face às condicionalidades sociais, a começar pela sua própria realidade, uma consciência dotada de tamanha criticidade capaz de romper com estes paradigmas limitantes contidos no interior de sua subjetividade, e assim conseqüentemente buscar a garantia e efetividade de seus direitos.

Historicamente, o Assistente Social se apresenta como um profissional propositivo e interventivo em atuação direta com o sujeito através de práticas político-pedagógicas, sendo que no início do surgimento da profissão a intencionalidade dessas práticas não comungavam com os reais interesses das classes populares. No decorrer de anos passados o Serviço Social se legitimou enquanto profissional comprometido com as classes populares, redirecionando suas práticas profissionais e reformulando o seu Código de Ética, construindo um novo projeto ético-político, desfazendo a concepção de sua suposta neutralidade em face de sua posição política. Através de toda esta reordenação de suas ações, se propõe a lutar pelos interesses dessas classes subalternizadas, conforme proclama o Código de Ética Profissional do Serviço Social, onde ressalta em seus princípios “a ampliação e consolidação da cidadania”, a “defesa do aprofundamento da democracia”, e o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”⁵.

Diante da temática apresentada sublinhamos aqui a necessidade de apresentar novos elementos que visem à desconstrução desse paradigma, indicando possibilidades de novas intervenções em direcionamento ao rompimento, mesmo que parcial, com esta cultura resignante enraizada no cerne da formação sócio/cultural do indivíduo, no intuito de romper com esta passividade que o coloca sempre como ser coadjuvante de sua própria história. Não existe transformação social sem transformação do sujeito, não há mudança no mundo sem antes as pessoas mudarem.

⁵ Código de Ética do (a) Assistente Social – 1993 (Conselho Federal de Serviço Social – Brasília – 2011).

2. A APROXIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM A EDUCAÇÃO POPULAR FREIREANA

A aproximação inicial de Paulo Freire com o Serviço Social se deu depois da metade da década de 1940, (antes do contato com outras nações em seu período de exílio), quando o então educador apurava o Serviço Social da Indústria – SESI, na cidade do Recife, conhecendo ali as Assistentes Sociais e o seu trabalho profissional, que juntos, davam um novo direcionamento das ações estabelecidas, e, também atuando como professor da Escola de Serviço Social de Pernambuco. Freire construiu sua concepção de educação e estudos sobre essa temática formulando sua teoria político-pedagógica por meio dessas experimentações, e se desenvolvendo progressivamente através das reflexões ocasionadas por meio das atividades desempenhadas, nascendo então esta nova práxis pedagógica. Essa aproximação marca profundamente sua vida e embasa suas ideias e futuras produções sobre o estudo da educação. Essa estreita ligação, bem como a influência originada com este contato, se deu em um primeiro momento com a observação do educador ao trabalho das profissionais do Serviço Social, assim como relato do educador⁶.

Como o próprio educador descreve, o seu contato com o Serviço Social influenciou de forma significativa os seus trabalhos executados no SESI, se estendendo nos anos seguintes até o início da década de sessenta, bem como a influência de Freire para a profissão, pois o contato das profissionais com o seu método prático de atuação contribuiu para a construção de um novo olhar frente às expressões sociais.

O contato mais denso com a educação popular freireana e os seus princípios se dá no início do Movimento de Reconceituação, este, que teve sua ascensão no Chile designando um novo direcionamento para a prática profissional, e “[...] que vai definir novas diretrizes para toda uma categoria de profissionais na América Latina” (BARBOSA, 1997, p. 32). Sendo assim, o Assistente Social passa a perceber a sua posição na sociedade face às contradições emergidas pelas relações antagônicas das classes, ascendendo sua “percepção dialética”.

As ideias de Paulo Freire acenam para um novo método de ação para os assistentes sociais latino-americanos. E o Movimento de Reconceituação, que tem por berço a nação chilena, leva no seu bojo a marca da atitude metodológica proposta pelo pensador brasileiro. Nessa fase, os textos do Movimento de

⁶ O relato completo pode ser conferido na obra do autor Celso de Rui Beisiegel, “Política e educação popular” (1992), o qual entrevistou o educador Paulo Freire em 30 de março de 1980.

Reconceituação vêm impregnados do ideário de Paulo Freire. [...] fornece aos assistentes sociais a **noção de uma sociedade dual e contraditória** [...]. [...] E toda uma geração de assistentes sociais passava a **buscar uma percepção dialética da realidade social.** (BARBOSA, 1997, p. 39).

Nesta relação recíproca, configura-se então a identificação do Serviço Social com os elementos que compõem a educação popular freireana, estudando sua teoria e incorporando-os à sua atividade prática, percebendo as ideias do educador surgirem gradativamente na literatura produzida pela profissão. Em destaque, se apresentando em maior ênfase na Escola de Serviço Social de Belo Horizonte.

Essa interlocução que em sua fase inicial gestou-se no Movimento de Reconceituação e posteriormente aprimorou-se no Método BH, assinala um avanço na construção de um novo perfil pedagógico que incidirá no redirecionamento de suas práticas profissionais pautadas nos reais interesses das classes populares, legitimando o seu comprometimento político.

São os efeitos multiplicadores da ação e, nesse sentido, o papel do educador atribuído ao assistente social faz dele um **educador político por excelência.** Essa nova função vem caracterizar, em síntese, a mudança da própria natureza do Serviço Social. De distribuidor e administrador da assistência, papel a ele atribuído dentro da divisão social do trabalho, **o assistente social passa agora a ser educador político e articulador das classes populares.** (BARBOSA, 1997, p. 43, grifo nosso).

A educação popular se insere neste contexto de organização das classes populares sendo inicialmente apontada como uma alternativa para superação da condição de inferioridade social/econômica dessas classes. Assim como bem expõe a autora Marina Abreu, que aponta a educação popular ascendida neste período “[...] como instrumento da prática do assistente social nos diferentes espaços de atuação profissional”, caracterizando na “[...] dimensão real da refuncionalização de sua prática [...]” (2008, p. 155).

A intervenção profissional do Assistente Social é adentrar no cotidiano do sujeito estudando e decodificando símbolos e compilações enigmáticas que são expostas em suas representações sociais, nas quais estão veladas suas mais significantes subjetividades determinadas e impostas por uma força exterior, sendo a forma de sociabilidade humana vigente, ou seja, das relações sociais de dominação.

Cabe ao profissional que pensa sobre sua práxis, introduzir aos seus usuários o exercício do pensar de suas atitudes, ascendendo novas configurações sendo “[...] a compreensão crítica do que fez e ir percebendo que há razões claras e razões escondidas que explicam nossa ação” (FREIRE, P., 1985, p. 11).

Contendo na teoria e prática do Serviço Social a intencionalidade da referida “transformação social” sendo um “processo de construção da democracia”, posicionando-a como um fim, constata-se então que os meios para essa objetivação se caracteriza pelos objetivos intermediários, afirmando os elementos constitutivos da educação popular freireana como significantes instrumentos para o alcance desta intencionalidade.

Considerando todos os elementos aqui já mencionados e examinados, os quais constituem a proposta para estudo dessa possível articulação sobre o projeto ético-político do Serviço Social com a teoria libertadora da educação popular freireana, estudamos e contextualizamos a aproximação desta teoria com a práxis profissional do Assistente Social, ressaltando esses elementos constitutivos desta filosofia a qual se aproxima com a intencionalidade da profissão, que é a transformação social sendo esta direcionada para a construção de uma nova cultura político-social, enquanto categoria compromissada com as classes populares.

2.1 AS CATEGORIAS DA EDUCAÇÃO POPULAR FREIREANA COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS PARA PRÁXIS INTERVENTIVA DO ASSISTENTE SOCIAL

Dentre muitas outras categorias que fundamentam a teoria freireana as quais compõem o conjunto de elementos que incidem na concretização da sua práxis pedagógica, elencamos três dessas importantes categorias as quais se apresentam como elementos que embasam e constituem a instrumentalidade do Serviço Social, sendo a *dialogicidade*, a *conscientização* e a *participação*.

Tomamos por reflexão inicial que o eixo central para objetivação dos pressupostos do Código de Ética, como também do Projeto Ético-Político do Serviço Social, tem como princípios fundamentais a pretensa libertação do sujeito, ou seja, a sua *emancipação*. Mas ao declarar a condição de emancipação como alvo final, pressupõe que no trilhar deste caminho se faz imprescindível a materialização de princípios e valores os quais propiciem o alcance deste propósito. Para melhor reflexão deste entendimento referenciamos as autoras Barroco e Terra,

Alguns princípios referem-se a valores essenciais, ou seja, fundantes de outros valores presentes no CE [...]. A emancipação é o valor de caráter humano-genérico mais central do CE, indicando sua finalidade ético-política mais genérica. Os demais princípios (valores) essenciais: **a liberdade, a justiça social, a equidade e a democracia são simultaneamente valores e formas de viabilização da emancipação humana [...].** (2012, p. 58, grifo nosso).

Partindo do desenvolvimento desta análise é que apresentamos os princípios da educação popular freireana para a compreensão de sua dimensão enquanto possibilidade de aproximação com as ações interventivas do Assistente Social, visando estas intencionalidades preconizadas no Código de Ética Profissional, enfatizando que todas as categorias apresentadas por Paulo Freire, corporizadas em sua educação popular, convergem para esta finalidade, a *emancipação dos homens e mulheres*, o que já pressupõe na concretização desta ação a existência do pleno exercício da cidadania e a efetivação da verdadeira democracia, resultando na concretização da transformação social.

2.1.1 A Categoria Dialogicidade

A primeira categoria a qual apresentamos é a dialogicidade, tendo como elemento constitutivo, a palavra, a qual precisa ser autêntica para proclamar a denúncia do mundo e anúncio da práxis, compreendendo o diálogo como uma “exigência existencial”, “[...] sendo o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo [...]” (FREIRE, P., 2011a, p. 109). Precisamos nos ater a prática verdadeira da dialogicidade para realmente atribuímos o valor da existência histórica dos homens, compreendendo como um fenômeno humano. Nesta linha de análise apresentamos a “conscienciosa” compreensão deste exercício inerente ao ser humano, sendo a pronúncia da palavra a condição indispensável para a libertação dos homens.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (Ibidem, p.108).

São múltiplas as palavras que incidem no diálogo, esta abordagem precisa ser cuidadosamente estudada para não haver conotações equivocadas em sua análise, pois as palavras orquestradas no diálogo são pronunciadas a todo o momento. Enfaticamente nos apropriamos desta atitude em nosso dia-a-dia, sem parar para refletir sobre sua condição, se o diálogo parte da “palavra verdadeira”, sendo a reflexão antecedida da ação culminando na práxis, e assim converge na transformação do sujeito. É com a pronúncia da palavra que os homens se relacionam e transformam o mundo (Idem. 2011a).

Esta reflexão nos remete há várias perspectivas quanto à significação de um processo dialógico, dada à compreensão neste contexto em que “[...] a dialogicidade é considerada a ‘essência da educação’ [...]” (PESSOA, 1997, p. 92), sendo assim é “[...] a essência como prática da liberdade [...]” (FREIRE, P., *op. cit.* p. 106), temos então a *dialogicidade* como um elemento que contribui para a libertação dos homens.

Ao se pensar nas práticas interventivas do Assistente Social, inicialmente tomamos por reflexão a ação deste profissional de se posicionar em direção ao objeto de estudo, o qual está diretamente imbricado ao sujeito, isto resulta na relação inerente que é estabelecida na ação prática, sendo que esta ação precisa estar pautada em uma perspectiva transformadora para haver de fato o exercício democrático da ação. Não é impondo verdades ao sujeito que se alcançará à práxis transformadora, e sim, direcionar a relação no ensejo de aproximá-lo a uma reflexão crítica de sua realidade.

É na luta por um projeto societário hegemônico das classes populares, emanado pela necessidade da conquista por direitos sociais (resultantes à contraposição ao projeto burguês neoliberal, estando este calcado na ordem capitalista opressora), que o Assistente Social se apresenta como um profissional o qual transporta na sua dimensão política o direcionamento das suas ações aos interesses das classes oprimidas, o que incide a um projeto societário transformador em detrimento ao projeto societário conservador vigente. Frente ao desenvolvimento deste pensar e considerando que o Projeto Ético-Político do Serviço Social está vinculado a um projeto para transformação da sociedade, é que o diálogo crítico se faz presente na profissão, para assim estimular o sujeito a refletir sobre as condicionalidades impostas pela ordem opressora, ascendendo um novo sujeito capaz de pensar/agir no mundo.

É na recusa de posturas arbitrárias que o Assistente Social se aproxima desta prática dialógica freireana em suas intervenções, pois a postura arbitrária nada contribui com a emancipação do sujeito, perpetuando a relação de dominação existente. Essa postura antidialógica remete o profissional a uma posição de superioridade social em relação ao seu usuário, não o reconhecendo como sujeito histórico e detentor de direitos. Em contra partida a postura anti-arbitrária se gesta na horizontalidade das relações, se legitimando com o ato de acreditar no sujeito, acreditar “[...] no seu poder de fazer e refazer, de criar e recriar, [...] na sua vocação de *ser mais*, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens” (Ibid., p. 112). Se a intervenção profissional do Assistente Social, a qual se opera abrangentemente na materialização das políticas

sociais⁷, não se pauta nestas perspectivas, nestes parâmetros, na confiança nos homens, transforma-se unicamente em “*manipulação adocicadamente paternalista*” (Ibid.).

A confiança implica o testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. Não pode existir, se a palavra, descaracterizada, não coincide com os atos. Dizer uma coisa e fazer outra, não levando a palavra a sério, não pode ser estímulo à confiança. **Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira.** (Ibid. p. 113, grifo nosso).

Na prática profissional se contempla o contato direto com o indivíduo, se perfazendo na ação investigativa e desenvolvendo através das relações constituídas pelo diálogo autêntico necessário para construção do fazer profissional, sendo que a prática dialógica se faz presente em toda intervenção do Assistente Social, desde a acolhida inicial até nos possíveis encaminhamentos os quais ocorrem (ou deveriam ocorrer) em paralelo à necessidade imediata do sujeito. Se o profissional do Serviço Social proclama em suas práticas a socialização dos direitos sociais e serviços públicos, também deve pronunciar a socialização das ideias e pensamentos desalienados de valores difundidos na ideologia dominante, em uma perspectiva de libertação. A importância da categoria dialogicidade se faz presente no Serviço Social por anunciar esta interação entre profissionais e sujeitos pautada na horizontalidade das relações, em uma perspectiva dialético-crítica, respeitando o indivíduo em seu contexto cultural, o qual foi descaracterizado em sua essência histórico-ontológica.

O diálogo permite a construção do conjunto de elementos transfigurados posteriormente nos instrumentais da profissão, que visem decifrar a realidade subjetiva e a decodificação destas manifestações versadas na fala, sendo assim, direcionadas para a finalidade objetivada. O profissional possui um denso aparato teórico-metodológico que possibilita que compreenda o sujeito em sua totalidade.

A construção da identidade profissional constituídas no exercício de suas atividades imediatas, caracterizadas pela sua instrumentalidade, se dá nestas relações, por isso, deve ser construída em consonância com a valorização do sujeito também capaz de decidir e agir. A prática dialógica também se materializa na escuta qualificada, pois, saber ouvir implica na ação de projetar no sujeito a confiança de que este é capaz de

⁷ Considerando que o Estado capitalista concebe as políticas sociais em outro direcionamento (reprodução das condições de dominação), cabe aqui ressaltar que a atuação do Assistente Social é limitada a esta prática sendo este um empregado do capital e, por consequência, submetido às ordens do sistema, não restando outras ocupações em outros espaços como na construção das políticas sociais (elaboração, planejamento, organização).

interferir em sua realidade buscando possibilidades de superação, desde, é claro, que o diálogo seja de fato autêntico, conduzindo-o assim a refletir sobre sua condição social-histórica.

Cabe aqui também explicitarmos a importância desta categoria no âmbito acadêmico como projeto de formação profissional. Compreendendo que o diálogo emergido das palavras autênticas é o princípio de toda relação social. Faz-se necessário pensar nesta categoria como uma nova forma de preparar o futuro profissional através de atividades ascendidas da relação professor/aluno, pautadas no método dialógico freireano.

Tomamos como referência o texto da autora Maria Margarida Barbosa⁸, que, já citada neste trabalho, traz importantes considerações quanto à prática da *dialogicidade* inserido à estrutura curricular para a construção do conhecimento. Transportando nesta nova reformulação acadêmica, a autora explana como um dos pontos fundamentais os quais devem conter na estrutura teórica para a formação dos novos profissionais, a “educação dialógica”, sendo que “[...] o curso deverá ser desenvolvido, essencialmente, através de debates, discussões e troca de ideias, estabelecendo-se, assim, uma relação em que o trabalho será feito ‘com’ o aluno e não ‘sobre’ o aluno [...]” (1997, p. 48), nesta perspectiva, esse elemento contribuiu para a definição de um novo perfil profissional, conforme explanação da autora Barbosa,

[] então este novo [...] referencial teórico – o que fundamenta a concepção de ensino e aprendizagem – *definia uma concepção de ensino em que o diálogo constitui o ponto central e permanente na relação entre professor e aluno. Partindo dessa definição, toda estrutura de ensino deverá estar pautada numa postura de diálogo, através do qual haverá uma real interação entre professor e aluno. (op. cit. p. 48-49, grifo nosso).*

Convém ressaltarmos que neste período o processo de aprendizagem nas salas de aula ainda era pautado em princípios arbitrários e extremamente hierárquicos, o que não presenciamos mais nas academias, contudo, não se contempla o estudo e a discussão da *dialogicidade*, bem como os demais princípios e pensamentos defendidos por Paulo Freire. O debate acerca de suas ideias somaria densamente se estes fossem agregados

⁸ O texto citado se referencia à significativa influência do Método BH resultante do Movimento de Reconceituação fundamentado nos princípios da educação popular freireana que também atingiram o campo da formação profissional, originando profundas mudanças na estrutura curricular no início dos anos de 1970. Atemo-nos aqui somente a contemplar a contribuição deste para o estudo proposto neste trabalho, reconhecemos o demasiado equívoco do Método BH em muitas atitudes profissionais na intencionalidade de ruptura com o conservadorismo, inclusive das inflexões no meio acadêmico, o que não convém mencionarmos aqui.

ao aparato teórico-metodológico curricular do Serviço Social, como também, contribuindo em sua dimensão técnico-operativa, agregando assim novos conhecimentos teórico-práticos os quais contribuiriam agudamente para a formação dos profissionais.

2.1.2 A Categoria Conscientização

Esta categoria intitulada conscientização pode ser compreendida como o momento o qual o sujeito eleva o seu pensar crítico, alcançando a sua superação, ou, nas palavras de Freire, “[...] este movimento de fluxo e refluxo, do abstrato ao concreto, que se produz na análise de uma situação codificada, conduz a substituir a abstração pela percepção crítica do concreto, que deixou já de ser realidade densa impenetrável” (2005b, p. 35), moldando assim o caminho para a sua emancipação, sendo esta inerente ao processo de ruptura com o “pensar alienante”, se desvinculando com as relações de dominação operadas pelo consenso popular.

Esta segunda categoria aqui apresentada, a qual é decorrente da ação dialógica, culmina na percepção crítica da realidade e capacidade do sujeito decidir e direcionar suas ações fundamentadas em seus próprios anseios e desejos. O Serviço Social enquanto profissão interventiva produz uma mudança na vida do sujeito a qual implica em profundas transformações que vem a influenciar diretamente em seu modo de pensar, agir, sentir e ser no mundo. Esses sentimentos e ações gerariam então uma mobilização organizada sendo direcionados a transformações na estrutura social, sendo que “[...] esta consciência seria desenvolvida pelo trabalho ideológico, que levaria o proletariado a se organizar e a se mobilizar contra o Estado opressor e os capitalistas exploradores [...]” (FALEIROS, 2001, p. 94). Tendo o profissional do Serviço Social uma intencionalidade em sua práxis profissional, de possibilitar uma nova visão de mundo ao sujeito, é que a categoria conscientização se faz presente, sendo assim necessário à tomada de consciência crítica para pensar o mundo a partir de sua realidade, isto é, elucidar e superar os “elementos condicionantes” que se apresentam como obstáculos para a busca e garantia de todos seus direitos, em uma perspectiva de equiparação de forças, desconstruindo assim as relações calcadas na exploração e dominação.

As classes dominadas constituem forças mais ou menos organizadas na medida em que **sejam capazes de tomar consciência de seus interesses e de se mobilizarem para realizá-los.** [...] Esses interesses são objetivamente determinados pelas relações de exploração e dominação [...]. [...] **A mobilização**

implica uma autoconsciência de certos interesses imediatos e a luta pela modificação dessas relações de exploração e dominação. (Ibidem, p. 102, grifo nosso).

O conceito de conscientização, sendo este um resultado de ações intencionais desenvolvidas na interação das relações entre as pessoas, dos grupos sociais, pressupondo que, para o alcance à tomada de consciência seja imprescindível um agente para incitar tal ação. A conscientização é um processo ao qual o indivíduo alcança uma capacidade crítica capaz de ascender uma autorreflexão sobre o ato de ser/estar no mundo, não sendo um fim em si mesmo, mas um meio para o alcance de sua libertação, sendo um movimento constante. Tal movimento somente é possível se este for estimulado por alguém que já possua sua compreensão. Assim **com** afirma Freire que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (2011b, p. 95), ninguém conscientiza ninguém, a ação que se dá é a mediação capaz de conduzir o sujeito ao pensamento crítico, para tanto, o profissional precisa ser propositivo e ter claro a sua posição ideopolítico, reconhecendo a não neutralidade de suas ações.

Enfatizamos aqui a ação pedagógica do Assistente Social, a qual transporta em seu cerne a prática interventiva responsável na contribuição da organização popular, sendo ascendida conjuntamente com a classe popular (resultando na modificação da estrutura social), e não imposta pelos trabalhadores sociais, fortalecendo então “[...] a perspectiva de construção de uma postura profissional assentada em princípios democráticos” (ABREU, 2008, p. 140). A democracia não é dada, e **sim** conquistada pela classe destituída de sua aplicação, a oprimida. Nesta linha de pensamento a ação pedagógica ocorre em direção à elevação da intelectualidade do indivíduo bem como a sua percepção crítica no intuito de desconstruir ideologias opressoras, sendo **assim**, “[...] coloca-se como exigência a realização de um imenso trabalho de crítica do pensamento tradicional dominante e de elaboração/difusão de uma nova e superior concepção de mundo [...]”, (Ibidem, p. 135), desconstruindo esse conformismo impregnado no sujeito, confluindo na reflexão/ação, tendo na ação a sua condução pela reflexão crítica, constituindo então a “[...] perspectiva de organização de uma nova cultura pelas classes subalternas como tarefa de um projeto societário verdadeiramente revolucionário [...]” (Ibid.).

Cabe aqui ressaltar que a função pedagógica do Assistente Social sempre esteve presente em sua prática interventiva, porém com intencionalidades contrárias, sendo que

no início da profissão era “[...] centrada na dimensão individual na perspectiva da reforma moral e reintegração social” (Ibid. p. 84), instaurando assim a “ajuda” para “integração” e “promoção social”. Após o projeto de ruptura com o conservadorismo, nos anos que se seguem após a década de 1960, projeta-se um novo direcionamento para suas ações, se reconhecendo como um educador político, sendo assim, os Assistentes Sociais “[...] assumem um papel eminentemente político, como formador/educador junto às classes trabalhadoras [...]” (FARAGE, 2005, p. 41). Desta forma, concordamos com a autora a qual enfatiza, “[...] como formador/educador junto às classes populares, se refere à perspectiva da educação popular, na qual se torna exigência a construção de uma consciência de classe, numa dimensão libertadora e desalienante” (Ibid.). Nesta perspectiva, podemos conceber a prática profissional, através de sua capacidade pedagógico-interventiva, como um instrumento para mudar o curso da história da sociedade humana.

Essa nova postura do profissional redirecionando sua função político-educativa, coloca em evidência a concretude de sua capacidade de interferir contundentemente na forma de sociabilizar o indivíduo, sabemos que o processo é lento, mas sendo sistemático, pode proporcionar uma nova visão de mundo que produz efeitos significantes e determinantes em sua vida, posteriormente desatando as amarras que o aprisionam ao desumano domínio da lógica capitalista.

O compromisso com as classes subalternas se legitima a partir da elaboração de um Projeto Profissional Ético-Político vinculado à construção de uma nova formação social assentada em valores que preconizam a universalização de direitos, configurando em uma nova ordem social, sendo assim, o caráter formativo/educativo do Serviço Social redireciona suas práticas imprimindo uma nova postura político-pedagógica através desta nova sociabilidade, estando em consonância com o seu Código de Ética Profissional, o qual, em seu primeiro princípio enfatiza o “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”, sendo que “[...] aponta para uma forma de sociabilidade na qual se supõe a erradicação de todas as formas de opressão e de suas categorias [...]” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 123), para tanto, “[...] o assistente social na sua prática profissional, [...], deve pautar sua conduta no reconhecimento da liberdade e de suas possibilidades [...]” (Id. Ibid. p.121).

A liberdade é compreendida como a capacidade do sujeito de se autodeterminar, não há como conceber o exercício desta “liberdade” sem reconhecer as injustas

condições histórico-sociais apresentadas, evidencia-se então a negação de sua liberdade⁹, pois suas escolhas são alienadas, relativistas, individualistas (Ibid. 2012), condicionadas a uma “verdade” imposta pela ordem opressora vigente, sendo assim, o indivíduo precisa pensar a sua condição existencial/social desprendido da sociabilidade opressora, o que converge para a sua tomada de consciência frente a essas condicionalidades. Essa liberdade, bem como a justiça social, com vistas nestas intencionalidades, conforme assinala Barroco; Terra (*op. cit.*) relaciona com a garantia da democracia, autonomia e emancipação do ser humano. Sendo assim, na busca pela “erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CFESS, 1993), podemos também nos referenciar no VIII princípio do Código de Ética, “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, fica clara esta expressão, pois esta nova ordem sem “dominação-exploração” somente pode ser concebida com uma nova forma de sociabilidade, rompendo com as ideologias opressoras que controlam através do consenso, proclamando uma sociedade onde a intelectualidade, a cultura, ou a condição social/econômica inferiorizada do sujeito não seja submetida a este modelo hegemônico de opressão, o que implica na potencialidade de sua consciência crítica para exercer assim a sua liberdade nestes parâmetros.

Sua prática profissional com estas intencionalidades se afirma também pelas suas competências consolidadas na Lei que Regulamenta a Profissão (Nº 8.662/93), em seu Artigo IV, a V competência, como de “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”, sendo esta orientação calcada na perspectiva de aproximação do sujeito a busca de seus direitos, para tanto, a sua função político-pedagógica se faz presente, sendo o Assistente Social o profissional que constrói sua teoria e prática direcionada na intervenção objetivada em propiciar novos valores que confrontem estes postos à submissão do sujeito, a função pedagógica orienta para este fim, de organizar, de mobilizar, de fomentar o senso crítico do indivíduo.

O Assistente Social se apresenta como um importante profissional cujo papel é contribuir para a desconstrução desse ser alienado, se posicionando a favor da construção de uma nova forma de sociabilizar o sujeito, livre da dominação/exploração intelectual/cultural, tornando-o assim apto para também fazer sua própria história.

⁹ Como expressamos aqui, “liberdade” tem uma conotação diferenciada à liberdade proclamada pelo capitalismo neoliberal, (de origem ao liberalismo de Adam Smith), se contrapondo a visão de “liberdade individual”, conforme explicação das autoras Barroco e Terra, 2012.

Considerando que o profissional age teleologicamente balizado pelo seu Código de Ética, e, considerando que sua prática corresponde verdadeiramente aos interesses de uma classe subjugada, a categoria conscientização se faz presente em sua ação por proporcionar essa libertação.

2.1.3 A Categoria Participação

Ao iniciar a discussão sobre esta última categoria analisada, pontuaremos primeiramente o seu conceito destituindo assim qualquer concepção equivocada¹⁰, partindo da compreensão e estudo da obra de Paulo Freire, sendo sua concepção desencadeada através dos seus pensamentos, decorrente do processo de libertação humana. A participação incide diretamente a um determinado reconhecimento ao processo participativo no que tange a organização política de uma sociedade, o que pressupõe uma disputa nas relações de poder.

A participação, sendo este um elemento fundamental para a construção da verdadeira democracia, ela “[...] torna-se ativa pela mudança de atitudes e comportamentos individuais e coletivos, pela presença de indivíduos e grupos em programas e atividades”. (FALEIROS, 2001, p. 72). A participação está vinculada diretamente a concretização efetiva do exercício da democracia.

O início da inserção do profissional do Serviço Social ao âmbito da construção da participação popular, está paralelamente unificado ao desenvolvimento de sua função político-pedagógica, o qual se originou no processo de realização do Desenvolvimento de Comunidade, possibilitando posteriormente a contribuição da superação do assistencialismo, porém, com interesses ideológicos para o desenvolvimento capitalista, sendo assim, “[...] a pedagogia da ‘participação’ [...], redimensiona-se para além de uma atitude inerente ao processo de ‘ajuda’, constituindo-se uma esfera programática da intervenção profissional nas relações sociais” (ABREU, 2008, p. 106-107).

¹⁰ Ressaltamos que a participação, em uma compreensão mais ampla, remete a várias conotações subjetivas, sendo superficiais e não contemplando a intencionalidade proposta nos pensamentos do referenciado autor Paulo Freire. A participação também pode ser subdividida em assistencialista, corporativa, eleitoral e política, e concebida pelo poder dominante como uma forma de reduzir a responsabilidade do Estado, proclamando a solidariedade entre os concidadãos (MACHADO, 2012). Pontuamos também que os programas de governos preconizam a participação da população para a integração e promoção social, porém, com princípios de assistência educativos direcionados para um conformismo mecanicista, se apresentando como uma “participação controlada”, ainda perdurados sob a ideologia desenvolvimentista (ABREU, 2008). Hoje também presenciamos a “representação” sendo esta uma forma de mascaramento da participação coletiva, uma combinação de “elitismo” e “autoritarismo”, mantendo os lugares de dominação/dominados (FALEIROS, 2001).

Posteriormente o Serviço Social, com a consolidação do seu projeto profissional de ruptura ao tradicionalismo e conservadorismo, se posiciona nesta mesma perspectiva da pedagogia da participação, contudo, com o direcionamento oposto aos interesses do bloco dominante, utilizando instrumentais os quais visem a aproximação do sujeito “pela participação efetiva dos usuários no processo de formulação da decisão política e no controle dos serviços, programas e atividades realizadas em espaços públicos e privados” (BATTINI, 2001, p. 03).

Neste contexto é que enfatizamos a categoria participação sob compreensão freireana na prática profissional, o qual, balizado pelo seu Código de Ética, e em sua dimensão ético-política, convida o usuário a ser sujeito participativo na construção das possíveis possibilidades encontradas para superação não somente de suas necessidades imediatas, como também superação à ordem opressora, “em sua dimensão política, o projeto se posiciona pela socialização da participação, pela universalização tanto do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais quanto da riqueza socialmente produzida [...]”. (BATTINI, 2001, p. 03).

Considerando a proposta interventiva profissional na perspectiva político-educativa enfatizando a participação, esta, se gesta na produção de possibilidades consubstanciadas na coletividade das ações, projetando assim “autonomia” aos participantes, salienta “a importância de uma leitura crítica da realidade na qual o assistente social e os sujeitos com os quais trabalha estão inseridos, e destaca a construção do conhecimento como tarefa coletiva” (SILVA e SILVA, 2002, p. 178), sendo assim “[...] o processo de participação/organização leva-nos a identificar o fortalecimento da participação e o processo organizativo como estratégias de ação privilegiada na prática junto aos setores populares [...]” (Ibidem, p. 178-179).

Um grande desafio para o Assistente Social na inserção à participação do sujeito são as barreiras institucionais, as quais se colocam a favor da lógica capitalista dominante e comprime as práticas profissionais no sentido de não proporcionar condições (relativas ao tempo) ao profissional de construir estratégias para organização e realização do processo participativo pautado na democratização da informação. Como desafios, o profissional se depara com as imposições organizacionais da reprodução capitalista no âmbito institucional, ou seja, as instituições trabalham na contramão da possibilidade de se concretizar este propósito, sendo a afirmação da participação do usuário no interesse de inseri-lo a determinado processo de efetivação das políticas sociais. Contudo, ao mesmo tempo em que podem ser espaços os quais obstaculizam as possibilidades de

aproximação do sujeito ao processo de implementação dos programas e projetos sociais, podem também contribuir significativamente para a construção de um novo sujeito social, crítico e participativo, sendo fundante para esse processo a categoria mediação, que se faz presente em qualquer ação profissional e, no âmbito institucional, se legitima frente às possibilidades emergidas pela sua utilização.

O estudo da categoria mediação nos remete a possibilidade de romper com a ideologia institucional de organicismo e mecanicismo, na qual a instituição funciona segundo um modelo de reprodução com cunho organizacional capitalista, repassador de encaminhamentos e de intervenção mecânica através de políticas sociais “concedidas”. A mediação, como processo de comunicações, informações e estabelecimento de relações sociais, no qual os usuários tenham expressão de identidade e de atitudes, leva a instituição a se identificar como um espaço de convergência de sujeitos históricos, *do social e da expressão pessoal, com sujeitos mobilizados, organizados e participativos, fazendo história e buscando permanentemente seus direitos de cidadãos.* (VERGARA, p. 3, grifo nosso).

Assim, reconhecemos que as adversidades postas à prática profissional no campo institucional amarram fecundas possibilidades de expansão do processo participativo, porém, pontuamos que o profissional pode redimensionar sua prática a partir do momento em que assume a sua dimensão ideopolítico se posicionando a favor dos interesses coletivos em prol da equidade social, através da mediação.

Com base nos princípios do Código de Ética, pontuamos o IV e o V princípio, os quais anunciam a “ampliação e consolidação da cidadania [...]” e “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”, ambos direcionam para a concepção de que a plenitude do Estado de direito se faz com a participação do sujeito em todo o seu processo de construção, considerando que, para existir democracia e exercício da cidadania, é imprescindível a participação efetiva do sujeito para tal processo, objetivando a extinção das desigualdades.

A participação proclamada pelo educador Paulo Freire sendo corporificada na educação popular se aproxima com a intencionalidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social por ensejar uma nova forma de organização política, “[...] nesse sentido a participação é definida como luta, combate, mobilização, pressão, poder, ou seja, como articulação de forças e estratégias em torno de interesses de classes para a conquista de poderes, recursos e reconhecimento” (FALEIROS, *op. cit.* p. 77). Portanto, os sujeitos sociais impulsionados pelo desejo de transformação e justiça social se manifestam tendo “[...] a participação como intervenção crítica das classes subalternas no movimento

histórico [...]”, este desenvolvimento participativo “[...] coloca-se também como instrumento estratégico do processo de politização das relações sociais e da elaboração e afirmação, por essas classes, de uma vontade coletiva nacional-popular” (ABREU, 2008, p. 202). Sendo assim a prática profissional tem no processo participativo o horizonte de suas ações interventivas, por oportunizar caminhos possíveis para desconstruir a prática individualista e proclamar a participação coletiva no processo de construção de uma verdadeira sociedade democrática. O profissional contempla em sua prática esta interação cotidiana capaz de proporcionar vínculos com os sujeitos com a presença constante em sua vida.

Sua prática interventiva se opera nesta perspectiva, de aproximar o sujeito ao desenvolvimento da garantia de direitos sociais e políticos bem como a busca pela promulgação de novos direitos, conforme a demanda para a organização social pautada na justiça social, sendo a mais sólida argumentação a recusa da tutela, da representação, do controle, da arbitrariedade, projetando assim uma capacidade autônoma ao indivíduo incidindo na auto representação crítica em face de suas necessidades e reivindicações.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social em sua intervenção profissional, no atendimento ao seu usuário, já contempla algumas categorias emanadas do pensamento de Paulo Freire, o que pressupõe a sua utilização enquanto instrumento técnico no fazer profissional. Diante das inflexões dos estudos aqui analisados, se apresentam diversas possibilidades de realização do objetivo proposto. Conforme exposto, constatamos que as ideias de Paulo Freire sobre a sua educação popular se faz presente na prática interventiva do Assistente Social, porem, ainda não é sistematizada, ou seja, a sua prática contempla atitudes semelhantes que se associam a educação popular freireana, contudo, com direcionamentos e intencionalidades diferentes, se apresentando como inautêntico e sem profundidade para causar modificações na estrutura social/econômica.

A prática *dialógica* autêntica é um processo inerente ao alcance da libertação do sujeito, dada à compreensão que ninguém se liberta sozinho, e sim nas relações sociais, não há como conceber uma prática interventiva profissional autêntica distante ao

processo *dialógico* de ensinar ao sujeito a possibilidade de manifestar-se criticamente frente aos seus anseios e desejos demandados pela sua condição econômica inferiorizada e subalternização sociocultural, o que culmina no processo de alcance de sua *conscientização* frente a essas condições, resultando na capacidade de sua compreensão da realidade social que o cerca. Nesta concepção, se apresentam como a condição fundamental para a busca de seus direitos, e que somente em sua consciência reside a sua libertação, a libertação de sua submissão intelectual/cultural, a percepção desta condição e posteriormente a não aceitação das injustiças que se apresentam, com isso, compreendemos que a intervenção profissional do Assistente Social é de permitir, ou, proporcionar que o sujeito atinja essa consciência crítica, fazendo-se presente esta categoria em sua ação, ocasionando assim o redirecionamento da forma como é concebida a materialização das políticas sociais, sendo assim alcança outra conotação, pois o indivíduo percebe a forma de controle social através de sua implementação, não sendo mais concebida de forma paliativa e coercitiva. O processo de participação é mais que um princípio constitutivo de uma teoria, é também um fim, pois a participação neste entendimento evidencia a atitude crítica do sujeito, a sua manifestação frente ao acompanhamento no processo de construção e organização da sociedade, a começar pela sua comunidade.

Este estudo, o qual tem como fio condutor a proposta de superação ideológica estrutural, remete-nos a inevitável reflexão do direcionamento da real prática do Assistente Social inserido no contexto capitalista de produção, submetido às ordens institucionais as quais podem se apresentar como elementos impeditivos para a realização desta intencionalidade, contudo, não são determinantes para que não haja a concretização desta proposta, pois, se o profissional atua diretamente na vida cotidiana do indivíduo, interferindo no seu modo de ser, pensar e agir no mundo, contemplando a sua função político-pedagógica, que esta intervenção então seja calcada em seus princípios ético-políticos, respondendo de fato aos interesses das classes populares e não aos ditames institucionais que respondem há uma ordem opressora as quais somente contribuem para perpetuação das relações de exploração/dominação. O profissional, através das categorias analisadas neste trabalho, pode assim redirecionar suas práticas interventivas imprimindo uma nova forma de sociabilizar o sujeito, resultando na real transformação social.

No referencial teórico de Paulo Freire se fazem presente uma multiplicidade de elementos que é infinda no que concerne às propostas intencionadas neste trabalho,

sendo assim, o estudo de suas obras culmina na emergência de uma clara compreensão de vislumbrar as possibilidades em nossa volta, de adquirir novas estratégias e habilidades que transcendem os obstáculos que se apresentam na sociedade capitalista, e o impossível já não se apresenta como o irrealizável, o determinismo é desconstruído, e as condicionalidades são transmutadas em novas formas de sociabilização, ascendendo à possibilidade concreta da construção de um novo sujeito livre da opressão.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Edições Graal, 2. ed. 1985.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARBOSA, Maria Margarida. **Serviço Social utopia e realidade: uma visão da história**. Cad. Serv. Soc., Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 25-71, Out. 1997.

BARROCO, Maria Lucia Silva. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CEFESS, (Organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BATTINI, Odária. **A questão da instrumentalidade do Serviço Social**. Texto de apoio para discussões na disciplina de Metodologia de Serviço Social – 2001.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular**. 3. ed. São Paulo, 1992.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CEFESS. **Código de Ética do / a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. 9 ed. Rev. e atual. – Brasília, 2011.

_____. Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

FARAGE, Eblin. **Educação Popular, Escola Pública e Serviço Social: Um diálogo necessário**. Seminário de Educação Popular / Organizadores do evento: Maria Lídia Souza da Silveira e Eblin Farage. Rio de Janeiro – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFRJ, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.

_____. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2011b.

_____. Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo – SP, Centauro 2005b. 3ª ed.

_____. Paulo. **Educadores de rua: uma abordagem crítica**. São Paulo. UNICEF. 1985.

PESSOA, Enildo. **A escola e a libertação humana**. 2º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PRATES, Jane Cruz. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira Da. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGARA, Eva Maria Bitencourt. **O significado da categoria mediação no Serviço Social**. Seminário Nacional: Estado e Políticas Sociais no Brasil.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social: processos e técnicas**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1977.